

# Câmara Municipal de Itapeçerica

## Estado de Minas Gerais

### PROJETO DE LEI Nº 055/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECERICA - MG

Sujeito a 02 Discussões

APROVADO

1ª Discussão e votação em 08/12/25  
2ª Discussão e votação em 08/12/25  
3ª Discussão e votação em       

  
PRESIDENTE DA CÂMARA

**“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA/MG, ESTABELECE PENALIDADES E INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À DENÚNCIA”.**

**Art. 1º** Fica proibido o descarte irregular de lixo, entulhos, resíduos de construção civil, móveis, resíduos domésticos, industriais ou quaisquer materiais em lotes vagos, vias públicas, áreas verdes, margens de estradas, cursos d’água e demais espaços urbanos e rurais do Município.

**Art. 2º** Para fins desta Lei, considera-se descarte irregular toda ação de depositar, despejar, abandonar ou descartar resíduos fora dos locais oficialmente destinados pela Administração Municipal.

**Art. 3º** O infrator das disposições desta Lei estará sujeito às seguintes penalidades:

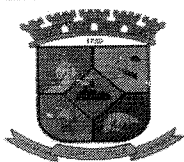
- I – multa de 15 (quinze) a 100 (cem) UFMs, graduada conforme a gravidade, o volume do material descartado e a reincidência;
- II – obrigação de remover integralmente o material descartado;
- III – aplicação em dobro da multa no caso de reincidência.

**§1º** A autoridade competente lavrará auto de infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**§2º** O regulamento disciplinará o procedimento administrativo, prazos, forma de pagamento e demais atos necessários à aplicação das penalidades.

**Art. 4º** Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Denúncia Ambiental, destinado a estimular a população a registrar e comunicar o descarte irregular de resíduos.

**Art. 5º** O cidadão que prestar denúncia qualificada poderá receber incentivo financeiro de até 20% (vinte por cento) do valor da multa aplicada, desde que atendidos os seguintes requisitos:



## **Câmara Municipal de Itapecerica**

### **Estado de Minas Gerais**

- I** – apresentação de imagem, vídeo ou informação apta a identificar pessoa, veículo, local ou circunstância do descarte;
- II** – realização da denúncia por meio dos canais oficiais da Administração Municipal;
- III** – efetiva autuação do infrator com base nas informações prestadas.

**§1º** O incentivo financeiro está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira vigente.

**§2º** O pagamento não caracteriza delegação de poder de polícia, limitando-se à recompensa pela informação prestada.

**§3º** A identidade do denunciante será mantida em sigilo.

**Art. 6º** A Administração Municipal promoverá ações educativas permanentes sobre o descarte ambientalmente adequado de resíduos e ampliará, sempre que possível, os pontos oficiais de coleta.

**Art. 7º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

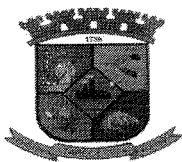
**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, disciplinando o procedimento administrativo, o programa de incentivo e os demais aspectos necessários à sua execução.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2025.

  
**Raimundo Nonato Mendes**

**Vereador**



# **Câmara Municipal de Itapecerica**

## **Estado de Minas Gerais**

### **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 055/2025**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer medidas de prevenção, fiscalização e responsabilização voltadas ao combate do descarte irregular de resíduos sólidos no Município. A iniciativa decorre da crescente preocupação com os impactos ambientais, sanitários e urbanísticos decorrentes do acúmulo indevido de lixo, entulhos, restos de construção civil e outros materiais em áreas públicas e privadas.

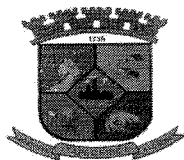
O descarte inadequado de resíduos acarreta consequências significativas para a coletividade: proliferação de insetos e vetores de doenças, riscos à saúde pública, degradação da paisagem urbana, comprometimento de áreas verdes e de cursos d'água, além de custos adicionais ao erário para limpeza, remoção e recuperação ambiental. A experiência administrativa demonstra que a ausência de normas claras e de instrumentos eficazes de fiscalização contribui para a persistência do problema.

A proposta reafirma a responsabilidade do Município na proteção do meio ambiente, em consonância com os arts. 23, VI, e 30, I e II, da CF/88, que conferem aos entes locais competência para legislar sobre interesse local, promover o ordenamento territorial e suplementar a legislação federal e estadual em matéria ambiental. Como se trata de tema diretamente relacionado à qualidade de vida da população, a atuação normativa municipal revela-se não apenas legítima, mas necessária.

O Projeto de Lei organiza o sistema de prevenção e repressão ao descarte irregular mediante três eixos centrais: definição objetiva das condutas proibidas; previsão de penalidades proporcionais à gravidade da infração, com gradação em Unidades Fiscais do Município; e instituição de procedimento administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa.

Inova-se, ainda, com a criação do Programa Municipal de Incentivo à Denúncia Ambiental, mecanismo voltado a fortalecer a fiscalização por meio da participação cidadã. O programa prevê incentivo financeiro limitado e condicionado à efetiva autuação do infrator, devendo ser regulamentado nos termos da legislação orçamentária vigente. Tal medida não substitui a atuação da Administração Pública nem implica delegação de poder de polícia, mas estimula a colaboração comunitária no enfrentamento de ilícitos ambientais, prática já adotada com êxito por diversos entes federativos em matérias correlatas.

O projeto também contempla a realização de campanhas educativas permanentes, reconhecendo que a conscientização da população é elemento essencial para a efetividade das políticas públicas de gestão de resíduos. A Administração Municipal poderá, ainda, ampliar e aprimorar a rede de pontos de coleta, facilitando o descarte adequado por parte dos munícipes.



## **Câmara Municipal de Itapeçerica**

### **Estado de Minas Gerais**

Assim, a presente proposta contribui para a melhoria da qualidade ambiental, a proteção da saúde pública, a redução de gastos com limpeza urbana e a promoção de uma cultura de responsabilidade compartilhada. Trata-se de medida de interesse público, socialmente útil, juridicamente adequada e administrativamente exequível.

Diante de tais fundamentos, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação.

Sala das sessões, 24 de novembro de 2025.



**Raimundo Nonato Mendes**

**Vereador**